



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2024

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

*Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre os indícios de irregularidade no Perse.*

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre os indícios de irregularidade no Perse.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- Considerando a importância do Perse para a recuperação alguns dos setores mais afetados pela pandemia, poderia explicar com detalhes quais foram os critérios utilizados para propor o término gradativo do programa e como essa decisão alinha-se com a recuperação econômica*





*prometida pelo governo?*

- O senhor mencionou que o país não tem condições de manter investimento de 17 bilhões de reais anuais no Perse. No entanto, gostaria de saber como essa cifra foi calculada e se foram consideradas análises de retorno econômico e social que o programa poderia gerar a médio e longo prazo.*
- Sobre as alegadas irregularidades no programa, poderia o ministro detalhar qual é o escopo da investigação e quais medidas estão sendo tomadas para assegurar que empresas legítimas, que dependem desse suporte para sua sobrevivência, não sejam prejudicadas?*
- O senhor tem acusado o Perse de irregularidades e até de ser uma fonte de lavagem de dinheiro sem apresentar evidências concretas. Não é irresponsável fazer tais acusações sem uma investigação completa e transparente?*
- Caso o Perse seja de fato finalizado, quais são as alternativas que o Ministério da Fazenda propõe para continuar apoiando o setor de eventos, crucial para a economia e para a geração de empregos no país, ou isso é apenas um sinal de que o governo atual abandonou completamente o setor e seus trabalhadores?*
- Como o Ministério da Fazenda avalia o impacto econômico da finalização do Perse sobre o setor*





*de eventos e a economia como um todo, especialmente em termos de empregabilidade e contribuição para o PIB nacional?*

### JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre os indícios de irregularidade no Perse.

Isto porque, conforme noticiado<sup>1</sup>, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou, na noite de quarta-feira (7), que há indícios de irregularidades na utilização dos recursos destinados ao Programa Emergencial de Retomada dos Setores de Eventos e Turismo (Perse), criado em 2021 com o objetivo de socorrer os dois setores, fortemente atingidos pelos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19. Desde o fim do ano passado, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e entidades do segmento estão em rota de colisão: a atual administração quer o fim do programa, enquanto os profissionais de turismo e eventos defendem sua manutenção.

Em dezembro, Haddad sugeriu o término gradual do Perse até 2025. Essa proposta foi incorporada na Medida Provisória (MPV 1202/2023), que trata da reoneração da folha de pagamento de 17 setores econômicos, medida que gerou debates na Câmara e no Senado. O documento estabelece a aplicação da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins a partir de abril deste ano, respeitando a noventena exigida pela Constituição Federal. A retomada da cobrança do IRPJ, no entanto, só acontecerá em 2025, devido à necessidade de observar o princípio da anualidade, o que significa que a regra só

1 <https://www.infomoney.com.br/politica/haddad-ve-indicios-de-irregularidade-no-perse-e-fala-em-botar-ordem-no-programa/>





pode entrar em vigor no exercício financeiro seguinte ao da sua aprovação. A informação sobre possíveis irregularidades no Perse foi veiculada inicialmente pelo jornal Folha de S.Paulo. As declarações de Haddad em coletiva de imprensa na noite de quarta-feira foram a primeira manifestação pública do ministro sobre o tema.

Haddad afirmou que a rotina da Receita Federal, diante da situação crítica do Perse, com mais de R\$ 17 bilhões em renúncias fiscais, envolve encaminhar os dados para a inteligência da Receita, que investigará possíveis irregularidades. Existem suspeitas de que isso ocorreu, com empresas utilizando o CNAE para se passar por pertencentes ao setor de eventos sem realmente serem, o que está sob investigação.

Segundo Haddad, o Ministério da Fazenda pediu à Receita Federal que tornasse públicos todos os dados, por CNPJ, relacionados ao Perse. Ainda não há data para que isso ocorra, devido à greve dos servidores. O ministro prometeu revelar quanto cada empresa deixou de recolher alegando ser beneficiária do programa, o que esclarecerá que o montante não foi de R\$ 4 bilhões, como se estimava, mas sim de R\$ 16 bilhões. Essas informações serão levadas ao Congresso Nacional.

Haddad destacou a importância da transparência nos dados para que o Congresso possa tomar decisão informada sobre a situação. Ele observou que o país não pode investir R\$ 17 bilhões por ano em programa com essa finalidade, que superou em muito o objetivo original do Congresso Nacional de conceder benefício de cerca de R\$ 4 bilhões por ano.

O ministro da Fazenda enfatizou a necessidade de "*colocar ordem no programa*", indicando duas ações: investigar o ocorrido no ano passado e organizar o programa, que excedeu em quatro vezes o esperado. Ele assegurou que o objetivo não é uma "*caça às bruxas*", mas sim garantir que infratores sejam penalizados de acordo com a lei, e ressaltou a importância de gerenciar de forma





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

responsável os recursos do país, visando o equilíbrio das contas públicas para a redução dos juros e o desenvolvimento econômico.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto aos indícios de irregularidade no Perse, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2024.

**DEPUTADO Evair Vieira de Melo**

Apresentação: 18/03/2024 09:10:17.710 - CFEC

REQ n.18/2024

